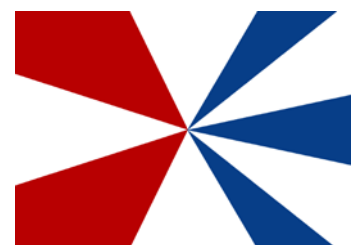


## Cenário

# República Federal de Nambutu



<b>1</b>	<b>INDICADORES BÁSICOS</b>	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL DE NAMBUTU</b>	<b>4</b>
2.1	Introdução	4
2.2	O Quadro Legal	5
2.3	Governança: Instituições, Estruturas, Capacidades e Padrões	5
2.4	Coordenação ao Nível da Política e do Programa/Institucional	6
2.5	Administração	7
2.6	Sistemas de Gestão de Informação e Integração de Dados	7
2.7	Seleção e Identificação	8
2.8	Finanças	8



## A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL

Este estado encontra-se localizado na África Central e está a enfrentar graves dificuldades de desenvolvimento. As suas sociedades tradicionais, tribais são dominadas por poderes políticos minoritários, porém, são desafiados por forças de guerrilha nas zonas fronteiriças. Estando largamente coberto por uma floresta tropical, não possui grandes recursos económicos – para além da madeira.

# 1 INDICADORES BÁSICOS

Abaixo seguem alguns indicadores básicos que descrevem Nambutu:

Geografia	<p>País de tamanho médio (300'000 km<sup>2</sup>) localizado no cinturão florestal de África, com clima tropical, o território é largamente coberto por florestas (4.3% de terras aráveis, 0.2% de culturas permanentes, 29% pastos permanentes).</p> <p>A deflorestação constitui um problema grave.</p>
História	<p>O país foi habitado ao longo da história por várias tribos florestais diferentes que viviam da terra, geralmente em zonas muito remotas, de difícil acesso. Nambutu foi colonizado pela Espanha e depois esteve sob o protetorado dos Estados Unidos da América, a colonização foi mais efectiva ao longo da costa e pelos dois principais canais fluviais que atravessam o país. Foi parte do território do seu maior país vizinho até ao tratado de paz para o conflito armado pós-colonial em 1973. Todavia, persistem conflitos fronteiriços que são adicionalmente agravados por grupos rebeldes armados. O actual partido no poder representa um dos grupos étnicos minoritários, que teve sucesso em converter as vantagens económicas limitadas em poder político e ganhou o poder em 1998. As eleições são realizadas de forma relativamente regular, porém, houve grandes e substanciais alegações de irregularidades feitas pelos partidos da oposição (em particular, o antigo partido no poder).</p>

## A SITUAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Demografia	<p><b>População:</b> 18 milhões</p> <p>Sangu 38%, Abuta 21%, N'miti 17%, Takele 15%, Rawindi 8%, Outros 1%</p> <p><b>Religiões:</b> Crenças indígenas 35%, Católica Romana 28%, Igrejas de Despertar Religioso/Renascimento Cristão 25%, Protestantes 9%, Islâmicos 1%, outros 2%</p> <p><b>Línguas:</b> Francês (oficial), Languele &amp; Marakutabi (língua franca), várias línguas tribais e dialectos, outros</p> <p><b>Estrutura etária:</b> 0-14: 47%; 15-24: 16%; 25-54: 32%; 55-64: 3%; &gt;64%: 2%</p> <p><b>Idade média:</b> 18.1 anos</p> <p><b>Crescimento populacional:</b> 2.6%</p> <p><b>Taxa de natalidade:</b> 35.4%</p> <p><b>Taxa de mortalidade:</b> 13.5/1000 popul.</p> <p><b>Migração líquida:</b> -4.9 imigrantes /1000 popul.</p> <p><b>População urbana:</b> 42%, urbanização: 3.2%/ano</p>
Social	<p><b>IDH:</b> 0.41</p> <p><b>Rátios de dependência:</b> total 96.1%, jovens 92.2%, idosos 3.9%, rácio de apoio potencial 25.5</p> <p><b>Mortalidade materna:</b> 749 mortes/100'000 nados vivos</p> <p><b>Mortalidade infantil:</b> 89/1000 nados vivos</p> <p><b>Esperança de vida:</b> 52.8 anos</p> <p><b>Despesas com saúde:</b> 4.8% PIB</p> <p><b>Seroprevalência:</b> 3.8%</p> <p><b>Crianças abaixo do peso com &lt;5anos:</b> 20.4%</p> <p><b>Alfabetismo:</b> 56.7%</p> <p><b>População abaixo da linha de pobreza:</b> 68%</p> <p><b>Rendimento do agregado familiar por %:</b></p> <p><i>Abaixo de 10%: 2.0%</i></p> <p><i>Acima de 10%: 37%</i></p> <p><b>Coeficiente de Gini (Rendimento familiar):</b> 56.2</p> <p><b>Taxa de desemprego:</b> 42.5%</p> <p><b>Jovens desempregados:</b> 48.5%</p> <p><b>Trabalho infantil (5-14anos):</b> 41%</p>

## A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL

Economia	<p><b>PIB:</b> US\$ 8.5 biliões</p> <p><b>Taxa de inflação:</b> 4.4%</p> <p><b>Crescimento do PIB:</b> 2.5%</p> <p><b>Crescimento industrial:</b> 1.2%</p> <p><b>Composição do PIB:</b> agricultura 21%, indústria 34%, serviços 45%</p> <p><i>Agro-produtos:</i> madeira, café, açúcar, óleo de palma, borracha, algodão, tabaco, mandioca, inhames, painço, bananas</p> <p><i>Indústrias:</i> mineração de ouro, corte de madeira, refinação de açúcar, processamento de alimentos</p> <p><b>Força laboral:</b> 2.1 milhões (agricultura 58%, indústria &amp; serviços 42%)</p>
Política	<p>República presidencial</p> <p><b>Receita orçamental:</b> US\$ 1.3 biliões</p> <p><b>Excedente orçamental:</b> -2.6%</p> <p><b>Dívida pública:</b> 46.7%</p> <p><b>Consumo do PIB pelo Gov.:</b> 14.0%</p>
Outra informação contextual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura do registo civil: 72% da população</li> <li>• Cobertura da base de dados nacional de identificação: 51% da população</li> <li>• % da população com contas bancárias/dinheiro móvel: 43%</li> <li>• % da população com telemóvel: 74%</li> <li>• Rede de largura de banda: amplamente disponível por todo o país, excepto em locais remotos</li> </ul>

## 2 A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL DE NAMBUTU

### 2.1 Introdução

Existem três esquemas principais de protecção social:

- **Subsídios monetários para antigos combatentes e veteranos de guerra** (CGCV), categoricamente destinados aos antigos combatentes e com baixa cobertura – 8.000 indivíduos (mesmo assim, acima das projecções esperadas do Ministério, suspeita de fraude). Valor: menos que 10% das despesas de consumo individual.
- **Fundo de Alívio para a Segurança Alimentar dos Necessitados** (FSRFD), destinado aos agregados familiares “extremamente pobres e com falta de meios para se sustentarem”. Os agregados familiares elegíveis são seleccionados por um comité comunitário. Cobre cerca



## A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL

de 33.000 agregados familiares por todo o país. Valor: aproximadamente 20% das despesas de consumo do agregado familiar (depende do tamanho do agregado familiar).

- **Transferência Monetária Condicional para Mães (CCTM)**, destinada a mulheres grávidas e mulheres com filhos com menos de dois anos que foram seleccionadas e consideradas como pobres pelos funcionários da autoridade local. A recepção de fundos é condicionada à participação das mulheres beneficiárias (e depois do parto, dos seus filhos) nas sessões agendadas no centro de saúde local. Cobre 7.000 agregados familiares em dois distritos e recebe apoio de doadores. Valor: mais de 30% das despesas de consumo individual.

Mesmo assumindo que não haja sobreposição dos beneficiários dos vários programas, a cobertura dos esquemas conjuntos representa menos de 0.5% da população do país.

O **Fundo Nacional de Segurança Social** atinge 11% da população e apenas cobre cidadãos nos sectores formais e estatais, mas os benefícios são baixos e irregulares.

### 2.2 O Quadro Legal

Nambutu não é assinante da **Recomendação 202 da OIT**.

Não existe menção ao direito à protecção social na **constituição**. Não foi aprovada nenhuma **legislação** sobre assistência social. Está a ser actualmente elaborada uma 'Estratégia de Protecção Social' com o apoio de Doadores – mas está a ser alvo de oposição política.

A principal base legal para a segurança social encontra-se dentro do **Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza** existente – no entanto, existe pouca discussão nele sobre a planificação, implementação e/ou estratégias financeiras.

Cada programa tem o seu próprio **Manual de Operações**, ditando os parâmetros centrais de projecto e características de implementação.

### 2.3 Governação: Instituições, Estruturas, Capacidades e Padrões

Cada programa é gerido através de um **Ministério de tutela diferente**: o Fundo de Alívio para a Segurança Alimentar dos Necessitados é gerido através do Ministério de Assistência Social; a transferência monetária condicional é gerida através do Ministério para o Desenvolvimento de Mãe e Filho; os Subsídios Monetários para antigos combatentes e veteranos de guerra são geridos através do Ministério de Governo Local.

**Nenhuma estrutura de coordenação** foi claramente identificada e os três Ministérios responsáveis geralmente têm conflitos sobre as alocações do orçamento proveniente do



## A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL

Ministério das Finanças. No entanto, ao nível do distrito, os Ministérios partilham a mesma estrutura organizacional (veja abaixo), significando que é conseguida alguma coordenação nos baixos níveis de governação.

A execução dos serviços é semi-descentralizada, com os distritos reportando à sede nacional, mas com alguma discrição em relação a como os serviços são fornecidos (particularmente devido aos conflitos políticos internos entre os poderes distritais locais e os centrais).

**Não existem padrões de serviço** delineados para nenhum dos três programas principais do país. Os manuais operacionais incluem algumas declarações sobre os papéis e responsabilidades dos beneficiários e dos funcionários do estado.

O programa CCTM possui um forte sistema de M&A que é primeiramente executado na base dos relatórios de SIG do programa. O sistema tem tido apoio e adesão, parcialmente porque é necessário reportar a informação aos doadores que co-financiaram o programa. O CCTM passou também por uma ronda de avaliação de linha média e linha de base, mostrando impactos positivos sobre uma larga variedade de áreas. Porém, a pesquisa complementar quantitativa questionou a implementação do condicionalismo (monitoria e cumprimento).

Os outros dois programas não possuem um SIG para apoiar a M&A e dependem, principalmente, de supervisões e Relatórios periódicos de Monitoria. Estes são compilados de forma inconsistente por todo o país e não são usados pelos gestores a nível nacional para informar sobre a planificação, etc. Na verdade, os gestores nacionais nunca respondem às preocupações sobre a implementação do programa ao nível do distrito, alegando não ter fundos para tal.

Não existe quadro de M&A em nenhum dos três programas.

### 2.4 Coordenação ao Nível da Política e do Programa/Institucional

*(veja também governação, quadro institucional e capacidade)*

- Não existe órgão de coordenação em Nambutu.
- Diferentes ministérios gerem os programas.
- É fornecida alguma orientação sobre a política na Estratégia para a Redução da Pobreza mas, existe pouca discussão sobre planificação, implementação e/ou estratégias financeiras.
- Não existe visão integrada para a provisão de protecção social.



## A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL

---

### 2.5 Administração

Como são feitos os pagamentos?

- Os beneficiários de CGCV e FSRFD recebem dinheiro via transferência através do **sistema postal** do país (pagamentos feitos em datas específicas e os beneficiários precisam formar filas).
- O CCTM transfere o dinheiro para as mulheres para um **cartão electrónico personalizado** que pode ser usado em qualquer ATM ou dentro de uma rede de estabelecimentos comerciais dentro dos distritos abrangidos pelo programa.

Que mecanismos de reclamação e apelo existem?

- **Não existe sistema de resposta a reclamações** para o CGCV e para FSRFD, apesar das reclamações serem canalizadas informalmente através dos anciãos e comités comunitários, ONGs etc.
- Um processo formal de reclamação e apelo para o CCTM é centrado à volta de uma **linha verde nacional**.

O CCTM é condicionado à participação das mulheres beneficiárias (e depois do parto, os seus filhos) nas sessões agendadas no centro de saúde local. Todavia, as evidências mostram que este condicionalismo não é monitorado ou cumprido pelo pessoal do programa devido a falta de serviços suficientes/de qualidade.

Prevê-se a seguinte saída e graduação:

- O CGCV supostamente retira agregados familiares em caso de morte, mas não existe um sistema eficaz para a sua verificação (porque o sistema de pagamento electrónico não tem como verificar se um beneficiário ainda está vivo).
- O FSRFD necessita que os agregados familiares que melhoraram a sua situação assim o declarem.
- O CCTM retira mães cujos filhos atingiram os dois anos de idade.

### 2.6 Sistemas de Gestão de Informação e Integração de Dados

- O Programa CCTM possui um forte SIG, que é baseado em *softwares* bem desenhados que capacitam o programa a operar quase na totalidade sob uma plataforma electrónica (incluindo o registo, inscrição, gestão de pagamentos, rastreamento do condicionalismo de

## A SITUAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL

aderência e M&A). O SIG não tem nenhuma ligação com nenhuma fontes externas de dados (por ex.: Base de dados nacional de identificação/registo civil). Enquanto que o SIG possui uma função para monitorar os condicionalismos, estes dados devem ser inseridos manualmente pelo pessoal do programa e consome demasiado tempo.

- O Subsídio Monetário para os Antigos Combatentes é gerido usando uma folha de cálculos Excel que não possui nenhuns filtros chave, verificações de dados e protecção de dados activada, significando que é muito fácil modificar os dados (potencial para corrupção).
- O Fundo de Alívio para a Segurança Alimentar dos Necessitados é gerido, usando um sistema ligeiramente mais elaborado com base no Excel (com formas, macros, etc.).

### 2.7 Selecção e Identificação

(ver também outras secções)

Os diferentes programas são destinados a diferentes grupos populacionais visto que possuem objectivos e focos diferentes:

- **Subsídios monetários para antigos combatentes e veteranos de guerra (CGCV)** são categoricamente destinados aos antigos combatentes e o programa adoptou um sistema de registo único após o fim da guerra civil (sob demanda, baseado na prova de estatuto – que estava repleto de contenção).
- **Fundo de Alívio para a Segurança Alimentar dos Necessitados (FSRFD)** é destinado aos agregados familiares “extremamente pobres e com falta de meios para se sustentarem”. Os agregados familiares elegíveis são seleccionados de forma contínua por um Comité Comunitário e vetados periodicamente por Agentes Distritais.
- O programa de **Transferência Monetária Condicional para Mães (CCTM)** é destinado a mulheres grávidas e mulheres com filhos com menos de dois anos que foram seleccionadas e consideradas como pobres pelos funcionários da autoridade local. Possui um sistema de inscrição contínuo sob demanda através dos centros de saúde locais (as mulheres inscrevem-se quando estão no terceiro mês de gestação).

### 2.8 Finanças

- 0.2% do PIB provém das receitas domésticas governamentais;
- O CCTM é quase totalmente financiado por doadores.